



Essencialidade da Integração Feminismo e Educação Agroecológica

Luana Lira Cadete Cavalcante¹; Luciana Maria Lira Cadete de Sousa²; Horasa Maria Lima da Silva Andrade³

RESUMO

O conhecimento agroecológico se desenvolve em um campo fértil, inclusive na área educacional. Mas o questionamento que fazemos é: no âmbito educacional, a exemplo de outros, a educação feminista se faz necessária? Quais são as dificuldades de trazer pautas feministas para a educação? Há agroecologia sem feminismo? Estas questões serão refletidas neste ensaio. O intuito não é sanar as dúvidas nem esgotar o assunto, mas sim gerar discussões e instigar debates atuais e necessários.

Palavras chaves: Agroecologia, Ecofeminismo, Feminismo Negro, Patriarcado.

¹ (Lira-Cadete, Luana. Professora na Escola Técnica Governador Eduardo Campos- São Bento do Una – PE/ ETEGEC-SBU).

² (Sousa, Luciana Maria Lira Cadete. Mestranda em saúde mental pela Universidade de Pernambuco/UPE).

³ Professora na Universidade Federal do Agreste Pernambucano/ UFAPE).

1 INTRODUÇÃO

A agroecologia é um campo de saberes e práticas integradas, constituído tanto no aspecto tecnológico quanto como um movimento social, a partir dos quais representa um paradigma que objetiva reduzir o impacto socioambiental da produção de alimentos, valorizando a história e conhecimentos tradicionais, o campo e suas comunidades, enquanto sujeitos nas suas formas de organização social (MARCOS,2007).

Este ensaio foi elaborado, com o intuito de estudar a importância de interações de princípios feministas para a educação, em particular a educação em curso de Agroecologia, no âmbito formal, ou seja, no chão da escola. Pernambuco tem um dos maiores números de escolas integrais, 50 escolas técnicas. Essas têm cursos que integram o ensino médio e o ensino profissional (37 cursos no total), apresentam um currículo específico para a Educação Profissional, com habilitação técnica de nível médio em diversos cursos dos eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional (DUTRA, 2017). Existem também cursos noturnos, os denominados subsequentes, que são aqueles que absorvem quem já têm o ensino médio, mas quer fazer um curso técnico.

Das 50 escolas técnicas, desse total apenas três têm curso técnico em Agroecologia. Essas escolas estão situadas nas cidades de Belém de São Francisco, São Bento do Una e São José do Bel Monte. Foi com a vivência obtida nos cursos integrado e subsequente, de Agroecologia, na Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos -São Bento do Una, que as inquietações sobre a importância de uma educação feminista, particularmente para um curso de Agroecologia, surgiram.

Partindo da teoria crítica feminista que:

(...) fortalece as lutas das mulheres enquanto sujeito político de direitos, como o direito à fala, à terra, ao território, no acesso as políticas públicas, no processo de autodeterminação de seus corpos, na luta por autonomia aos seus corpos, na luta por autonomia, na construção de outras formas de cuidado, amorosidade e sororidade, reciprocidade, pela construção de outros mercados, no reconhecimento dos bens comuns como indispensáveis à vida, à natureza, como nossa mãe e/ou irmã, aos saberes descolonizados e ecológicos e assim , na luta contra todas as formas de violências (MORAES et. al.,2018 p.12).

O protagonismo feminino representado por mulheres, que fizeram e fazem o movimento agroecológico acontecer, mostra-se como um exemplo de resistência diante dos conflitos socioambientais, cada vez mais frequentes, que atingem o Brasil e outros países da América Latina (COSTA 2017). E neste contexto a máxima “não há Agroecologia sem Feminismo” se torna cada vez mais atual e necessária, ainda mais na busca de desenvolvimento local, com exercício da liberdade, fundamental para que este seja alcançado.

2 EDUCAÇÃO E FEMINISMO

Grandes e pequenas desigualdades, do sistema capitalista patriarcal, têm origens históricas, racistas, sexistas, eurocêntricas e ecológidas, enquanto a opressão de gênero

seria resultante do modo como as sociedades organizam seu desenvolvimento e reprodução. Na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída como um função- trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, desta maneira, a história das mulheres é a história das classes (FEDERICI, 2017).

As mulheres, neste sistema capitalista, são “objetificadas” e exploradas, servindo aos interesses vis do patriarcado (ARAÚJO, 2020). Enfrentar essas desigualdades estruturantes exige um esforço e uma assiduidade heroica em muitas perspectivas, uma das principais é o ponto de vista educacional.

O feminismo na educação se mistura de maneira indissociável a outros temas relevantes. O gênero na escola, é uma experiência multifatorial, para as meninas e meninos que se reconhecem como meninas. Esses multifatores, do ser feminino, se comunicam diretamente com raça, à expressão de gênero, à sexualidade, à experiência familiar, ao local de morada, à construção do ativismo, ao talento e ao desejo intelectual, à produção e ao acesso à arte e à identidade cultural. Assim há uma grande diversidade, a qual a escola deve ser capaz de oferecer capacidade de desenvolvimento do ser pleno, das possibilidades e dos desejos, visando à superação das desigualdades e o fim da violência de gênero (ACIOLE, 2017).

Mas e quando a escola é mais um local de reafirmação das diferenças, e dos preconceitos e discriminações em relação ao feminino? Essa é a realidade, que infelizmente existe, em muitas de nossas escolas, que em última instância desemboca em uma sociedade com alto índice de feminicídio, perpetrado por muitos e numa frequência alarmante, e muitas vezes validada, justificada e desculpada por uma sociedade com racionalidade individualista, patriarcal e racista. De maneira semelhante a natureza, nesta sociedade, também sofre uma agressão multifatorial.

É fundamental entender o Feminismo, como um compromisso político “Ao enxergarmos o feminismo desta forma, estamos nos contrapondo ao feminismo enquanto mera identidade individual e estilo de vida, que inclusive, não deve ser confundido com a necessidade real e legítima de unir prática a teoria (HOOKS, 2019). Trata-se de uma forma de resistência que nos engaja numa práxis revolucionária e todas as suas pautas estejam no escopo do plano pedagógico de toda escola. Mas que isso, se faz necessário, que as políticas educacionais, formações pedagógicas, incentivos variados, estejam alinhados com essa questão de igualdade e equidade entre os gêneros.

A lógica patriarcal mata de diversas formas, e vem aumentando sua violência em função do machismo e o racismo estrutural do estado brasileiro, e seu braço armado no campo que são as milícias financiadas pelos ruralistas (ACIOLE, 2017; ARAÚJO, 2020).

A educação sexista, preponderante no Brasil, tem como premissa um abismo que separa o universo feminino do masculino, sendo este associado à força, ao heroísmo e aquele à fragilidade, muitas vezes apática. Mesmo que os sujeitos não se identifiquem com esses papéis. Quanto antes se dá início a um trabalho pedagógico sério focando na equidade de gênero, maior será a possibilidade da formação de sujeitos mais empáticos e dispostos a uma relação sadia, livre de opressões e de desigualdades (ACIOLE, 2017).

O que aconteceu em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, além de um golpe, acalentado por uma agenda opressora, foi uma violência política de gênero, que é

aquela que é feita para impedir as mulheres de estarem em espaços com posição de decisão, deixando-as na periferia do poder (LISBOA, 2014). O “gaslighting” (Termo em inglês usado para designar situações de violência psicológica, manipulação de dados, com informações distorcidas, ou inventadas com o objetivo de desestabilizar a vítima) é utilizado contra muitas mulheres, independentemente do lugar ou situação que se encontrem. Os homens desqualificam mulheres pelo simples fato de serem mulher, são tachadas de loucas, nervosas etc (SWEET., 2019).

Para deflagrarem o impeachment de 2016, desconstruíram a imagem de mulher competente de Dilma Rulssef. Atualmente, vemos um governo eleito democraticamente, embora por meio de manobras condenáveis e palavras chulas, afastar-se dos anseios do povo que o elegeu e tentar usar as instituições para benefício de particulares, improbidade administrativa, falta de decoro, além de ser apática às necessidades das populações em risco, marginalizadas e discriminadas, como as mulheres, LGBTQ’s, a população negra, composta em sua maioria por pessoas vulneráveis as violências (FERNANDES, 2019).

Atualmente (2021), diferente do que houve em 2016, frente às avalanches diárias de notícias que fomentam pedidos de impeachment, a justiça, o congresso, a mídia, afora algumas exceções, não se manifestaram ou o fazem sem contundência. Seria por que toda falta de decoro, palavras de baixo escalão, falta de polimento, partem de alguém que corrobora, ou em outras palavras, personifica e exalta os interesses do patriarcado? Enquanto uma mulher sem ter cometido nenhum crime ou violência sofreu impeachment, sendo escoraçada, desvalorizada, ridicularizada. Para contrapor a essa e outras manobras do patriarcado, se faz necessário cultivar uma educação emancipatória, enredada na práxis, possibilitando aos atores, uma reflexão crítica de sua realidade (FREIRE, 2017).

Na 14^o Conferencia Estadual de Educação de Pernambuco, pautas feministas como as questões de gênero, raça e sexo, foram debatidas e se enfatizou que as mesmas não podem mais ser secundárias, ou muitas vezes, negligenciadas no espaço político brasileiro. Essas questões devem na realidade ser pautadas no centro dos nossos debates políticos, uma vez que se relacionam com as lutas por direitos e modo de existir de grande parte da nossa população (FERNANDES e TITO, 2019).

2.1 Religiosidade e dificuldades de se trabalhar as pautas feministas

Existe uma resistência colossal a se trabalhar pautas feministas na sala de aula, entre elas podemos citar a religiosidade. Porém, Suelen Fernandes e Marcel Tito (2019) apontam a importância da religião para o estado democrático, e não necessariamente representa um mal. Faz parte de nós, participa de nosso cotidiano, inclusive da mobilização política, incluindo lutas por direitos, justiça igualdade. Todas essas dimensões estão ligadas às formas de organização religiosa, assim não necessariamente religião é sinônimo de alienação, pode significar luta.

Podemos citar a Teologia da Libertação, que contribuiu enormemente para a instauração e ganho de força para vários movimentos sociais (BOFF, 2016; MOURA, 2015). Iniciativas de impacto social e que têm sua origem em instituições de religiões de matrizes africanas, espíritas e evangélicas, também têm sua importância social. No entanto, há uma exploração da religião como forma de política excludente, e preconceituosa, seja ela, partindo do governo ou por atores sociais, nos mais distintos

“lugares de fala” (FERNANDES e TITO, 2019; RIBEIRO, 2017). Essa exploração indevida da Religião se torna uma barreira, sólida e repelente as discussões feministas ou são bem seletivas a estas. Selecionando assim pautas, que não concorram com as estruturas patriarcais preconceituosas e descabidas que certas pessoas evocam, em nome da fé ou religião.

Essa barreira também é imposta nas escolas de forma tácita, ou mesmo explícita, nas atividades pedagógicas, por quem, para quem e na forma que são conduzidas, tornando o ambiente escolar seletivo e preconceituoso, enquanto deveria ser aberto aos mais diferentes debates e/ou discussões.

O papel de educadoras e educadores é, a despeito de todas as barreiras impostas, lutar por uma educação mais inclusiva e de fato libertadora. E para isso é necessário sair do “*otimismo ingênuo*” e da desesperança de uma sociedade meramente reflexiva, e transportar-se para o “*otimismo crítico*” baseado em projetos e planos, resultantes de estudos sérios e profundos da realidade (FREIRE, 2017), permitindo assim que os atores sociais possuam as condições de serem os sujeitos protagonistas de sua educação, educação essa transformadora, nas qual:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. (...) Quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios. (FREIRE, 1987, p.19).

3. Existe Agroecologia sem Feminismo?

O que dizer se na escola existir um curso como o de Agroecologia, que em seu cerne luta por pautas das minorias e pela sustentabilidade, ambiental, social e econômica, e mesmo assim a questão de gênero ainda é desqualificada e não considerada, a não ser em leituras, leves e monótonas, de textos que sem contextualização e reflexão, diligentes, se tornam vazios, apáticos?

Pode-se notar os agravantes dessa questão quando refletimos que o movimento agroecológico tem sido um caminho coletivo de construções, de uma filosofia de vida, que partindo de uma nova concepção de projeto estruturante de sociedade, de desenvolvimento rural, propõe relações mais justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e destas com o ambiente e a sociedade.

Para lutar por mudanças substanciais na sociedade, não se pode realizar quaisquer ações, carentes de planejamento, pois são muitos os entraves, gerados por oposições de inúmeros agentes com seus interesses contrários. Segundo Abdalaziz de Moura (2015) esses interesses estiveram presentes e atuantes de forma clara durante a repressão da ditadura militar, e ainda estão, em gestões políticas sem representatividade, para as camadas trabalhadoras, e grupos que representam as minorias. Gestões essas, carentes de

empatia, valores e sororidade. Dificuldades também são encontradas em tabus, como a desvalorização da mulher, da população rural, pobre e negra, ou em preconceitos como a orientação sexual das pessoas.

Frente as dificuldades supracitadas a busca por uma nova base de produção comunitária, considerando os saberes tradicionais, faz parte do movimento agroecológico, e para isso evidencia a construção de relações de gênero igualitárias, fortalecendo a luta das mulheres pelo fim da violência e pela igualdade (SERRANO, 2015).

A agroecologia nasceu dos movimentos sociais e para os movimentos sociais (MOURA, 2015), não se pode deixar que o “sistema” a desvirtue, com a pena de, se esta deixar de lado a luta, pelas minorias, com a qual nasceu, deixa de existir seu verdadeiro sentido. Segundo Júlia Serrano (2015) as mulheres sempre foram o esteio da agroecologia. Foi com elas que o movimento agroecológico surgiu, persistiu e ganhou força.

O movimento agroecológico é um campo onde deve existir, além da luta pelo desenvolvimento sustentável, social, ambiental e econômico, também a busca por equidade entre gêneros, a desnaturalização de preconceitos, e manutenção de direitos, que foram conquistados com muito esforço e dedicação, além de almejar novas perspectivas para melhorar as condições de trabalho, moradia, educação da população.

Segundo Maria das Graças Costa (2017) o protagonismo feminino representado por mulheres, que fizeram e fazem o movimento agroecológico acontecer, é um exemplo de resistência diante dos conflitos socioambientais, cada vez mais frequentes, que atingem o Brasil e outros países da América Latina.

4. Feminismo Negro e Ecofeminismo

Ser uma menina negra ou de cor, moradora de periferia, é uma experiência bem diferente de ser uma menina branca, de classe média, que por sua vez é diferente de ser uma menina trans. A escola possui o desafio de contar com toda essa diversidade e lidar com ela da melhor forma e para que isso aconteça à educação feminista se mostra como uma opção incólume (ACIOLE, 2017).

O anseio por conhecimento não foi incomum, entre a população negra norte-americana, que sempre manifestou almejar o saber, isto porque “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão” (DAVIS, 2016). A educação é arma mais poderosa que se tem para transformar a realidade adversa, afirmar, enfatizar essa ideia e lutar por melhores condições para educação da população negra é fundamental para quem almeja um futuro mais humano e igualitário, para a toda a sociedade.

Isso explica por que às mulheres, aos pobres, à população negra, sempre lhes foi negado o direito a uma educação libertadora e eficaz. Abdalazis de Moura (2015) comenta que sempre que o povo conquista direitos substanciais à classe patriarcal e dominante, através de golpes, de variadas formas, embargam ou tentam subtrair os direitos conquistados e manter a “ordem” das coisas. Vimos isso acontecer quando o golpe de 1964, Paulo Freire, dentre outros grandes nomes de nossa história teve que fugir do Brasil,

enquanto a classe dominante hasteava a bandeira nacional e jurava amores à pátria. Mas que pátria era essa? A qual povo eles se referiam?

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 mais da metade da população (51,5%) é mulher, sendo que dessas 50,2 milhões são negras, compondo os 54,9% de negros e pardos da população brasileira. Esses dados enfatizam a necessidade de um feminismo interseccional. Além do preconceito racial, o preconceito de gênero atinge as mulheres negras, tornando a violência a essas ainda maior, mas é minimizado pela sociedade de valores patriarcais e racistas.

Domênica Rodrigues et al. (2016) divulgando os caminhos de mobilização percorridos pelos grupos de mulheres negras de Pernambuco até a Marcha Nacional de Mulheres Negras que ocorreu em Brasília no ano de 2015, as autoras sugerem a importância de avanços, a partir de uma democracia participativa, almejando uma participação, social e popular, efetivamente sólida. Como um movimento de resistência e luta contra os preconceitos, o racismo e demais violências.

Isso significaria a participação em conselhos de controle social (como os conselhos de saúde e de assistência social), conferências de políticas públicas, dentre outras possibilidades de atuação direta no espaço público, algo já colocado pela própria chamada da Marcha quando afirma que se luta por uma “participação efetiva na vida pública”.

(RODRIGUES et al. 2016 p. 9 – 10)

A onda antidemocrática, que atinge em cheio as terras brasileiras, vem dando força aos preconceitos mais diversos. As estatísticas de feminicídio vêm crescendo, assim como os episódios de misoginia, serenados pela impunidade. Tudo isso e muito mais, certamente, são responsáveis pelo processo regressivo pelo qual o protagonismo feminino vem passando em muitas áreas. O que se vê atualmente é os espaços que foram conquistados, por meio de muito esforço de várias feministas, serem retomados pelo patriarcado (FERNANDES, 2019).

O feminismo negro se mostra fundamental na luta em defesa dos direitos já conquistados e na busca por avanços efetivos com novas conquistas em todas as áreas, educação, saúde, política, acesso à terra, trabalho etc. ainda mais em momentos como este onde vemos uma onda antidemocrática e racista, inclusive sendo fomentada por representantes do estado, ameaçar as conquistas angariadas com muita luta, e perseverança.

Neste contexto de busca por compreender melhor as identidades e seus aspectos inerentes, o feminismo interseccional é uma alternativa a ser levada em consideração quando refletimos na práxis sobre as desigualdades sociais. Sobre esta busca se coloca que:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade,

deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, apud HIRATA, 2021).

Quando pensamos de maneira holística, não levando apenas em consideração a humanidade e suas desigualdades, mas os seres como um todo, o ecofeminismo traz uma visão mais integradora, uma vez que é uma cosmovisão que faz o reconhecimento dos seres humanos, distinta do antropocentrismo, quando considera os seres humanos parte da natureza, e não entidade separada dela. Essa definição nos leva a refletir, que é justamente a visão antropocêntrica que coloca os humanos em um patamar, distinto dos outros seres, o retirando do seio da Mãe Natureza (SHIVA, 2017).

Muitos problemas foram “gestados” quando se começou a separar os seres humanos da natureza. Essa separação, vinda com o antropocentrismo, os seres humanos passaram a enxergar a natureza como uma mera matéria prima, coisificando-a, da mesma forma que objetifica a mulher. Segundo Vandana Shiva, o patriarcado nos considera como seres passivos, que devem ser sempre subjugados, ou seja, na lógica do sistema patriarcal capitalista quando o conhecimento é trazido pelas mulheres, povos originais e tradicionais, como os indígenas e quilombolas, esse conhecimento é invisibilizado, apropriado e posteriormente apresentado como inovação ou invenção.

Esse fenômeno acima descrito acontece o tempo todo em várias instâncias, escalas e/ou círculos sociais. Podemos notar, por exemplo, em uma reunião de trabalho ao apresentarem uma problemática, uma mulher pode ter algo relevante a falar, mas muitas vezes seu lugar de fala não é respeitado, ou sua fala abafada, desconsiderada, rechaçada, e não esporadicamente, o que ela fala é apropriado por outrem que se expressar, é sim escutado, considerado e parabenizado.

Sobre a apropriação, que ocorre de muitas formas e em muitos contextos, mas é exacerbada na área da diversidade e do conhecimento indígena, Vandana Shiva a chama de *Biopirataria*.

Estamos atualmente (2021) passando por uma pandemia, com milhares de mortes, fome, se alastrando com mais rapidez e força, muitos pensam ainda mais em formas de acumular capital, enquanto o pensamento que deveria ocupar as reflexões humanas deveria ser como estamos nos relacionando com os outros seres e com a nossa mãe Natureza?

Em suma o patriarcado capitalista apagou ou tenta apagar, culturas como Pachamama, dos andinos, Gaia, da antiga Grécia (ACOSTA, 2016; SHIVA, 2017), culturas essas que cultivavam, e seus remanescentes ainda cultivam, a espiritualidade, reverência, vivacidade, na forma de se relacionar com a Terra e a respeitam. Consideram ela como ser vivo. Isso veio se perdendo a passos largos, com a lógica hegemônica vigente, buscando sempre o acúmulo. Sobre o patriarcado pode-se afirmar que:

Sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida, por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político,

e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação por que internalizam a ideia de sua inferioridade. Como apontou Simone de Beauvoir; “opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos.

(GERDA, 2019, p. 21)

A autora ainda lembra que a história das mulheres é uma história de exclusão, de apagamento, de sabotagens, de desvalorização. A natureza também sofre constantemente com essa lógica.

O ecofeminismo faz oposição a essa lógica destrutiva, reconhecendo que somos parte da terra. James Lovelock, em seus experimentos e observações científicas, procura demonstrar, o que as culturas supracitadas, já acreditavam a milhares de anos atrás: a Terra (Pachamama, Gaia) é dotada de vida, ou nas palavras do cientista, é um superorganismo que se auto regula (LOVELOCK ,1979). O reconhecimento da Terra como sujeita de direitos já é uma realidade em democracias latinas, em países como a da Bolívia, Equador, considerando a realidade caótica da humanidade e sua relação com a natureza, esse é certamente um exemplo a ser considerado e seguido por outros países (ACOSTA, 2016).

Nesse sentido, Segundo Kramer comenta que:

Hoje há consenso entre antropólogas e antropólogos de que os primeiros seres humanos a descobrir os ciclos da natureza foram as mulheres, porque podiam compará-los com o ciclo do próprio corpo. As mulheres também devem ter sido as primeiras plantadoras e as primeiras ceramistas, mas foram os homens que, a partir da invenção do arado, sistematizaram as atividades agrícolas, iniciando uma nova era, a era agrária, e, com ela a história em que vivemos hoje.

(KRAMER, 2020 p.17)

A educação feminista é uma concepção de vida que valoriza o outro, combatendo os preconceitos, as desigualdades, opressões e todas as formas de violência, e essa educação só pode ser efetivada com o protagonismo das mulheres na luta e não fora da luta da classe trabalhadora (ARAÚJO 2020).

Bell Hooks (2017) compartilha a ideia de pedagogia transformadora, a partir da sala de aula, que deve sempre ser inserida em um contexto democrático, no qual todos sintam a responsabilidade de contribuir. Essa ideia é justamente contrária a proposta da “escola sem partido”, que na verdade, é sim partidária, e corrobora com as ideias do patriarcado capitalista.

É urgente que reflitamos sobre alternativas ao modelo hegemônico vigente. A dignidade e felicidade são asseguradas nas linhas e entrelinhas da constituição, que se não for respeitada e colocada em prática, podemos dizer, que se torna nula. Para que essa constituição seja considerada e torne nossa vida, principalmente a dos mais

marginalizados, mais humana é necessário que a educação feminista faça parte de nossa realidade (ACIOLE, 2017).

Segundo Bell Hooks, citando Paulo Freire,

É necessário que os oprimidos [...]cheguem [à luta] como sujeitos, e não como objeto”. Essa afirmação nos leva a refletir como nós, os dominados, os oprimidos, os explorados nos sujeitamos. De que maneira podemos criar uma visão de mundo questionadora, uma consciência, uma identidade e um ponto de vista que existem não apenas como luta contra a desumanização, mas também como movimento que permite a formação ampla e criativa?

(HOOKS, 2019 p.34)

Antonia Bezerra (2019) enfatiza que o grito de alerta, do movimento de mulheres agroecológico brasileiro: “Sem feminismo não há agroecologia”, esse grito de resistência tem faz parte dos processos de construção da justiça sociocultural, a autora deixa claro que há uma real necessidade de aliar um enfoque feminista, para combater as desigualdades de gênero. Acrescenta-se aqui, o imperativo, de se combater as violências étnico-raciais, como o racismo religioso e o estrutural, o preconceito ambiental, a exploração criminosa, da nossa Mãe Terra, em suas diferentes vertentes. Nesse sentido apontamos o Ecofeminismo, que uni as pautas ambientais e feministas, como o enfoque potente, com capacidade de promover mudanças importantes. Cada roda de conversa, cada simpósio, cada seminário, postagens, reunião que traga à tona princípios ecofeministas, é um passo em direção a transformação.

Citando Domênica Rodrigues (2016), mulher negra, feminista estudiosa do processo de construção do conhecimento agroecológico: “As camponesas em geral trazem, em suas histórias de lutas, muitos elementos da luta feminista. Mesmo assim, por muito tempo elas, mesmo organizadas em movimentos sociais, se negaram feministas. Acreditamos que isso se deva a preconceitos criados no imaginário da população em relação às feministas e suas lutas” Presume-se que trazer, as discussões, sobre as várias pautas ecofeministas, aos grupos de mulheres e homens camponeses, deve fazer parte de um projeto de agricultura baseada na Agroecologia.

5. O Núcleo de Estudos ACHE

Seguindo os princípios do Ecofeminismo com o espírito iniciou-se em outubro de 2020 os trabalhos do Núcleo ACHE (Agroecologia, Cultura, História e Espiritualidade). Esse núcleo tem em seu nome expressos termos fundamentais que tratam do universo do ser humano. Segundo ACOSTA (2016) Pacha Mama, ou a Natureza, a grande Mãe Terra, é um ponto de encontro entre todos, pois aí encontramos territorialidade, cultura e

espiritualidade. Esses aspectos envolvem a humanidade e a natureza, em uma imensa ciranda, onde todos em algum momento irão se conectar.

Este núcleo de estudos nasceu da inquietação gerada pela percepção do distanciamento do curso Técnico de Agroecologia, no município de São Bento do Una – PE, está distanciada da realidade territorial. As primeiras atividades foram ligadas a parte cultural, notavelmente entrevistas feitas com artistas e apoiadores da cultura popular, incluindo aboios, cantorias de viola e o cordel, que foram objetivos de estudos e valorização por parte do, até então, estande na V Feira de Tecnologias da Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos – São Bento do Una - ETEGEC/SBU (Figura 1).



FIGURA 1: A- Logo do estande ACHE, que envolveu professores, incluindo do curso de Agroecologia e da área de Linguagens, além de estudantes de Agroecologia e Redes de computadores; B – Cantador Zé Viola, divulgador da cultura nordestina, através dos Repentes e Cantorias de Viola; C- Roda de Diálogo “Roda de conversa “Agroecologia e Núcleo de Estudos””.

No estande Agroecologia, Cultura, História e Espiritualidade, trouxe com a participação e colaboração de muitos envolvidos, poesia, tanto autorais dos estudantes e professores, como música e toadas de participantes como, inclusive figuras públicas, como o cantador Zé Viola, nacionalmente conhecido por levar a cantoria de viola a todo o país (Figura 1 B). Esses momentos foram ricos e geraram interação entre toda a comunidade escolar, estudantes, familiares, dentre outros.

Nestes primeiros momentos, do que viria a ser o núcleo ACHE (Agroecologia, Cultura, História e Espiritualidade), houve roda de diálogos, bem a maneira agroecológica, sem muita formalidade, mas com muita interação e compromisso, onde foram discutidas questões sobre a organização e importância dos núcleos de estudos em agroecologia para os territórios.

Enfatizamos aqui, a participação do núcleo Agrofamiliar, nas pessoas de Pamela Rodrigues e Horasa Andrade. Essa conversa, esclarecedora sobre a significância dos núcleos de estudos para a estimulação e o fortalecimento da agroecologia. Podemos observar nas discussões da roda de conversa a descontinuidade das políticas públicas no fomento ao surgimento e manutenção desses núcleos. Apesar dessas dificuldades, alguns dos NEA's estão se mantendo e até surgindo novos, como é o caso do ACHE.

Na resistência, manutenção e surgimento dos núcleos de estudos, as mulheres têm uma participação que se mostra importante, na construção do conhecimento agroecológico, no fortalecimento da agricultura e economia local, com uma visão voltada à sustentabilidade. A observação da natureza, o diálogo com os pares, de forma aberta à múltiplos atores que podem participar dos processos de compreensão e organização de experiências agroecológicas.

O que iniciou de maneira despretensiosa em um estande, mas que trouxe várias discussões, que foram socializadas através do canal do YouTube® da ETEGEC-SBU, na programação da V Feira de Tecnologias da ETEGEC – SBU/ FETEC, atualmente é um Núcleo de estudos, o ACHE, que nasceu em meio a pandemia do Coronavírus (Covid19), teve pouquíssimas oportunidades de reuniões presenciais. Mesmo assim, de forma remota organizou dois colóquios online, com participação de convidados de diferentes instituições, de ensino, pesquisa e extensão (Figura 2). E tem sido, desde sua criação, um núcleo que traz discussões e ações, embora até o momento singelas, pertinentes, das quais a comunidade, escolar e não escolar, tem participado com compromisso (Figura 3).

Chamamos atenção para a participação de mulheres nas discussões, inclusive em épocas distintas do mês de novembro. O que foi uma questão levantada por Givânia Silva, doutoranda em Sociologia de UNB, durante o II Colóquio de Reflexão sobre a Consciência Negra (Figura 2 B). Nessa oportunidade ela enfatizou que as mulheres negras, são convidadas a falar, apenas em eventos ligados a consciência negra e afins, a despeito disso as mulheres negras têm mais a falar, dialogar sobre outras questões inclusive de forma plural e realmente inclusiva.

Entendendo o recado dado, no I Colóquio Feminismo & Agroecologia, houve participação de três mulheres, com formações e origem diferentes, o que agregou bastante aos diálogos promovidos, em contrapartida a comunidade escolar e outras pessoas que acompanharam o evento participaram com perguntas e comentários pertinentes, além de sinalizarem o desejo de participar de outros momentos semelhantes.

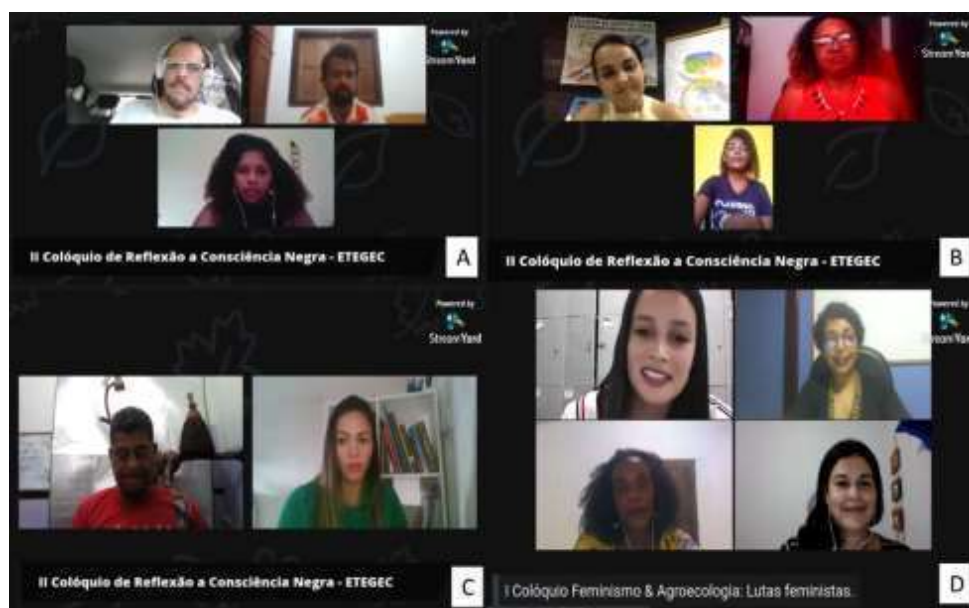


Figura 2: A, B, C - II Colóquio de Reflexão sobre a Consciência Negra; D - I Colóquio Feminismo & Agroecologia : Lutas Feministas.

Michela Calaça e Iridiane Seibert (2017) trazem que as mulheres camponesas geralmente carregam em suas lutas e histórias, muito das pautas feministas. Porém essas mulheres por muito tempo se negaram, ou negam, serem feministas (grifo nosso). Essas autoras creditam isso ao imaginário popular, em relação as feministas e suas lutas e assinalam que é na construção de uma agricultura camponesa baseada na aproximação de pautas agroecológicas e feministas, como, uma alternativa oportuna, para avançar em questões historicamente problemáticas para as mulheres rurais como, a desigualdade de gênero, o empoderamento, as violências etc. A importância de eventos online se mostrou efetiva, em particular nesse período pandêmico, onde a participação nesses eventos possibilita a aproximação com pares, acadêmicos, representantes de diversos seguimentos da sociedade, em momentos ricos e plurais (MILIOLI, 2021). Certamente esse foi um período, que pelas dificuldades impostas pela impossibilidade do está “próximo” aproximou pessoas, grupos e instituições, mesmo que remotamente, que em períodos regulares teriam mais empecilhos de se conectarem.

A importância de eventos online se mostrou efetiva, em particular nesse período pandêmico, onde a participação nesses eventos possibilita a aproximação com pares, acadêmicos, representantes de diversos segmentos da sociedade, em momentos ricos e plurais (MILIOLI 2021). Certamente esse foi um período, que pelas dificuldades impostas pela impossibilidade do está “próximo” aproximou pessoas, grupos e instituições, mesmo que remotamente, que em períodos regulares teriam mais empecilhos de se conectarem.

Esse período conturbado, a despeito de todas as dificuldades e/ou por causa delas, permitiu avanços importantes, como os contatos, aproximações, discussões que culminaram na idealização e execução dos primeiros passos do núcleo de estudos ACHE. Como anteriormente dito esse núcleo diverso em essência, nasceu com o intuito de aproximar o curso técnico de agroecologia da realidade territorial, e nas primeiras ações e eventos realizados, já mostra engajamento por parte de estudantes, professores e pessoas da comunidade local e de outras cidades e regiões, devido ao formato *online*, que foi utilizado, de maneira quase exclusiva, no período inicial do núcleo.

O primeiro grupo de trabalho ligado ao núcleo ACHE é o Arvoredos que nasceu a partir de cidadãs e cidadãos, com consciência ecológica, reunidos no curso de Agroecologia, esse grupo, começou a se organizar com o de contribuir para a arborização da cidade de São Bento do Una – PE, tendo como lema " Transformando a cidade, antes um deserto, em Arvoredos". A primeira reunião foi realizada no dia 19 de março de 2021, foram discutidas as primeiras ações a serem realizadas, ligadas a arborização da cidade, como a catação de sementes nativas realizada na área de mata ciliar do Rio Una, onde encontra-se algumas plantas nativas remanescentes da caatinga e nativas da Mata Atlântica, já que a parte do semiárido onde está situada a cidade de São Bento do Una é o agreste central, zona de transição entre Mata Atlântica e Caatinga (Figura 3 B e D).

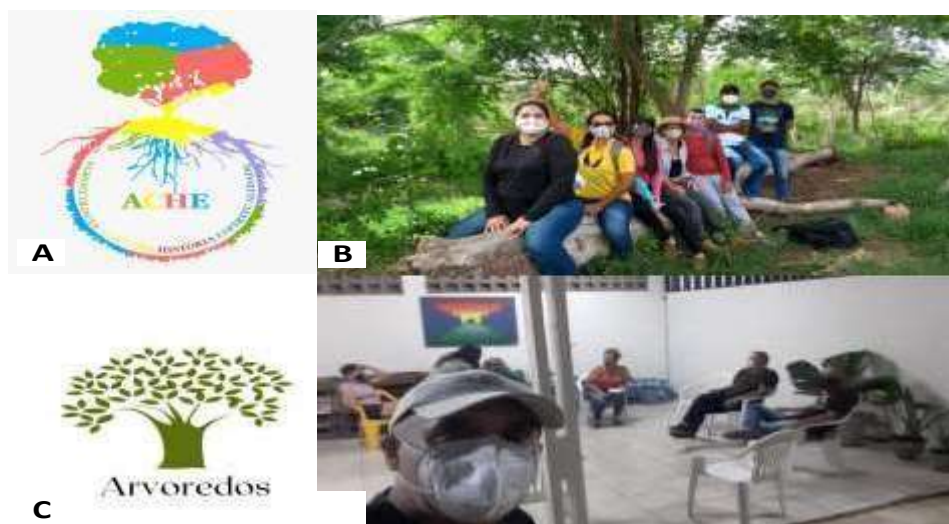


FIGURA 3: A – Logo do Núcleo de Estudos ACHE (Agroecologia, Cultura História e Espiritualidade); B – Primeira Excussão a mata ciliar do Rio Una com o objetivo de coletar sementes de espécies nativas; C- Logo do Grupo Arvoredos; D- Primeira reunião do grupo Arvoredos.

Outro trabalho que já está sendo colocado em prática é o projeto ETEGuardiã que nasce com o objetivo de valorizar o trabalho de famílias agricultoras, armazenando e promovendo trocas de sementes crioulas. Fortalecendo a agricultura familiar da região favorecendo a biodiversidade, a conservação do solo, valorizando as raízes ancestrais, sua cultura produtiva e alimentar. Assim valorizar, armazenar e cultivar de forma adequada, essas sementes, garante vias de perpetuação do patrimônio genético dessas variedades crioulas, que podem garantir segurança e soberania alimentar de maneira sustentável.

Nesta reunião, foi notório o interesse maior das mulheres, pelas sementes crioulas, são elas as que armazenam e conservam essas sementes, foi delas que obtivemos as doações, para compor o banco e foram mulheres as maiores interessadas e que se comprometerem com o projeto ETEGuardiã (Figura 4). Elas serão responsáveis para multiplicarem essas sementes, e após a colheita, devolverem em dobro, o número de sementes, das respectivas variedades recebidas. Foram doadas, as famílias agricultoras 4Kg de sementes crioulas, totalizando 17 variedades, de milho, feijão, fava, girassol.



Figura 4: Reunião com representantes das associações de produtoras e produtores rurais de São Bento do Una – PE.

Segundo Evandro Lucas, Marina Bernardo e Diulie Costa (2020) as sementes crioulas são importantes para famílias agricultoras, para a de produção de alimentos saudáveis e diversificação das propriedades dentro de um processo de transição agroecológica, garantindo segurança e soberania alimentar e nutricional. Esses conhecimentos ancestrais, são resultados da miscigenação da matriz de povos africanos junto a dos povos indígenas brasileiros, que na luta pela resistência, desde a violência da escravidão, formaram a base do universo agroecológico brasileiro. Vivian Motta analisando a agroecologia brasileira, faz uma comparação oportuna, ela a denomina de mulher não-branca! E enfatiza a necessidade de destacar e valorizar essa característica. Essa autora ressalta ainda a importância da construção de “uma agroecologia que considere, de forma igualitária, o combate as desigualdades de gênero, raça e classe” (MOTA, 2020 p .4).

O desafio é continuar, de forma presencial, e agora também de maneira presencial e remota síncrona, trazendo momentos de troca nas áreas da agroecologia, cultura, espiritualidade, com diálogos plurais, notavelmente com ênfase nas seguintes áreas: Ecofeminismo, Territorialidade, Associativismo e Cooperativismo, com o compromisso de participar ativamente das discussões e do combate às desigualdades de gênero, raça e classe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perguntas formuladas neste ensaio são instigantes, frente a realidade mundial, e hecatombe que se mostra associada a ela, em um futuro próximo, causada pela devastação das florestas, e outras degradações ambientais, resultando em fome, seca, e os mais variados tipos de violência. A busca por respostas é urgente, respostas não só no campo teórico, mas na práxis, e nesse sentido o saber feminino, com visão holística e prática, mais conectada com a natureza, é fundamental.

Se a educação feminista é fundamental, ainda mais no campo agroecológico, há também a necessidade de atualizá-la, unindo aí, os princípios agroecológicos, pois de fato: Não! Não há agroecologia sem feminismo! Não poderia haver, seria arbitrário. Então atualizaremos a máxima agroecológica para: Não há agroecologia sem ecofeminismo. Sim, uma educação ecofeminista se faz cada vez mais necessária.

5. REFERENCIAS

ACIOLE, Marcia. **Educação e as novas demandas de feminismo**. 2017. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/educacao-e-as-novas-demandas-de-feminismo-2/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Elefante, 2016. 264 p.

ARAÚJO, Jamile. **A importância da luta das mulheres no contexto atual**. 2020. EDIÇÃO: Elen Carvalho e Rodrigo Chagas. Disponível em: < <https://www.brasilefato.com.br/2020/03/10/educacao-feminista-e-concepcao-de-vida-que-valoriza-o-out>> Acesso em: 10 mar. 2020.

BOFF, Leonardo. **Memórias inquietas e persistentes de L. Boff**: traços auto biográficos. São Paulo: Ideias & Letras, 2016. 142 p.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (ECO) feminismo e “bem viver”: emergências descoloniais no movimento ambientalista brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th women’s Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <1500257660_ARQUIVO_Agroecologia,ecofeminismosebem-viver-emergenciasdescoloniaisnomovimentoambientalistabrasileiro.pdf (dype.com.br) > Acesso em : 24 de setembro de 2020.

COSTA, Vieira Franklin et.al. Desenvolvimento Local e o Exercício da Liberdade IN: REIS A.,H., ARAÚJO, J.F., OLIVEIRA L.M.S.F. Org. Agroecologia e Territorialidades: do estado da arte aos desafios do século XXI. Juazeiro – BA: UNIVASF, 2020. 387p. Disponível em: <<http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/LIVRO-AGROECOLOGIA-E-TERRITORIALIDADES-PPGADT.pdf> > Acesso em 12/11/2020.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (ECO) feminismo e “bem viver”: emergências descoloniais no movimento ambientalista brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th women’s Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em : <http://www.en.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500257660_ARQUIVO_Agroecologia,ecofeminismosebem-viver-emergenciasdescoloniaisnomovimentoambientalistabrasileiro.pdf> Acesso em : 24 de setembro de 2020.

DAVIS, Angela, Mulheres, raça e classe / Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. 237p.

BEZERRA, Antonia Geane Costa; MONTIEL, Marta Soler; ROCES, Irene García; ZARZAR, Andrea Lorena Butto. MULHERES, GÊNERO E AGROECOLOGIA NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU. Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019. Disponível em:< <http://www.ead.codai.ufpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/3139/482483581> > Acesso em 28/05/2021.

CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiane. Cadernos Aproximações teórico/político entre a Agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC. de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/download/501/903/> > Acesso em: 25/05/2021.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. Ensino médio em foco: a política pública de educação integral e profissional no estado de Pernambuco. Cadernos RCC#11 v. 4 n. 4. Recife, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/258/220> > Acesso em : 26/04/2021.

FERNANDES, Suellen. O Corpo da Mulher. **Revista Educar**: PARA DESVENDAR SUA ÉPOCA, Recife, p. 16-17, 2019. 14 Conferência Estadual de Educação de Pernambuco.

FERNANDES, Suellen; TITO, Marcel. Corpo, sexualidade, fé e relações de poder. **Revista Educar**: PARA DESVENDAR SUA ÉPOCA, Recife, p. 18-19, 2019.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática para a Liberdade. 40. ed. São Paulo/rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 189 p.

FEDERICI, Silvia, **Calibã e a Bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva**, São Paulo, Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.107p.

GERDA, Lerner. **A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo, Cultrix, 2019

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, June 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

HOOKS, Bell. Teoria feminista da margem ao centro, São Paulo, Perspectiva, 2019. 256p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64p.

KRAMER Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiçeras**. 29ª Edição Paulo Fróes (Tradutor). Editora Rosa dos Tempos. 2020. 700 p.

LOVELOCK, James. **GAIA: ALERTA FINAL**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. 264p.

LISBOA, Tereza kleber. VIOLÊNCIA DE GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEU ENFRENTAMENTO E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.

LUCAS, Evandro de Oliveira; BERNARDO, Marina Augusta Tauil; COSTA, Diulie Fernanda Almansa da. Diversificação, Sementes Crioulas e Movimento dos Pequenos Agricultores: estudo de casode uma família guardiã de sementes crioulas do município de Paraíso do Sul -RS 15, nº. 4, 2020. Disponível em: < <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6531/4770> > Acesso em: 27/05/2021.

MARCOS, Valéria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. Agrária (São Paulo. Online). v. 7, n.1, 2007, p. 182-210. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/134/134> > Acesso em: 29/05/2021

MILIOLI Geraldo; GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira; RUSCHEL, Carolline; BALTHAZAR, Joélia Walter Sizenando; OLIVEIRA, Izes de; BECKER, Thoy Mondardo Damiani Uma experiência teórica e metodológica sobre natureza e sociedade durante a pandemia de Covid-19. Revista Metodologia e Aprendizado. volume 4 (2021). Disponível em: <<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1725/1455> > Acesso em: 25/05/2021.

MORAES, Lorena Lima de., JALIL; SANTOS, Laeticia Medeiros; Janaína Henrique dos SANTOS; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste. Interritório | Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru. BRASIL. V.4 N. 6. 2018.

MOTTA, Vivian Delfino. Por uma agroecologia antirracista. Cadernos de Agroecologia – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia- v.15, nº 3, 2020. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6396/2435> > Acesso em 10/06/2021.

MOURA, Abdalazis de. Uma filosofia da educação do campo que faz a diferença para o campo. Recife: Via Design Publicações, 2015. 408 p.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019. 112 p.

RODRIGUES, Domênica; REIS, Mariana; CARDOSO, Marianna. Estamos em Marcha! “Uma sobe e puxa a outra!”: a experiência da mobilização dos grupos de mulheres negras pernambucanas para a Marcha Nacional de Mulheres Negras. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-0420-1.pdf> > Acesso em: 30/05/2021

SERRANO, Júlia Scaglioni. MULHERES DA BORBOREMA: CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO E A AGROECOLOGIA. In: HORA, Karla et al (org.). Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. p. 45-64.

SHIVA, Vandana. 2017. "Colocam a humanidade no limite". Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569325-colocam-a-humanidade-no-limite-para-vandana-shiva-monsanto-e-culpada-de-ecocidio>> Acesso em: 04/04/2021.

SWEETA, Paige L. American Sociological Review 2019, Vol. 84(n.5) p.851–875 © American Sociological Association 2019. Disponível em: <<https://www.asanet.org/sites/default/files/attach/journals/oct19asrfeature.pdf>. > Acesso em: 10/04/2021.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 2ª Ed. Cortez: Autores Associados. 1986